

OS EFEITOS DE SENTIDO NA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE REDAÇÃO DO ENEM: O EFEITO LEITOR/ESCRITOR IDEAL¹

THE EFFECTS OF DIRECTION IN THE FORMULATION OF THE
PROPOSED ENEM OF WRITING: EFFECT THE READER / WRITER
IDEAL

LOS EFECTOS DE LA DIRECCIÓN EN LA FORMULACIÓN DE LA
ENEM PROPUESTA DE LA ESCRITURA: EFECTO DEL LECTOR /
ESCRITOR IDEAL

*Amilton Flávio Coleta LEAL**
*Cristiane Pereira dos SANTOS***
*Ana Luíza Artiaga Rodrigues da MOTTA****

Resumo: Neste artigo, o tema linguagem e sentido são trabalhados na perspectiva da Análise de Discurso, fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux, na França e Eni Orlandi, no Brasil, em que visamos compreender o processo de constituição do sujeito e sua relação com a escrita. A escolha do estudo sobre o discurso das políticas de língua, a partir do ENEM é o de perceber os efeitos de sentido de um “ideal de escrita”, inscrito na política de língua do Exame. Destacamos a relevância deste estudo para o domínio da linguagem, sobretudo, para os pesquisadores que se voltam a pensar sobre as políticas educacionais. As análises refletem sobre a política nacional de língua escrita posta nas proposições do ENEM, em que se abre espaço para pensar a constitutividade do sujeito institucionalizado por um imaginário de escrita, o que possibilita refletirmos a projeção imaginária do sujeito-aluno ideal(izado) para a escrita da redação.

Palavras-chave: ENEM; escrita; escritor-ideal; proposta de redação.

Abstract: In this article, the topic language and meaning are worked from the perspective of discourse analysis, based on the work of Pêcheux, in France and Eni Orlandi, in Brazil, where we aim to understand the subject of the maintenance process

¹ Recorte da Dissertação de Mestrado (2015).

* Mestre em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).
Contato: amiltonflavio@hotmail.com

** Mestre em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).
Contato: cris_tanyinha@hotmail.com

*** Doutora em Linguística pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Contato:
analuizart@unemat.br

and its relationship with writing. The choice of study on the discourse of language policies from the ENEM is to realize the effects of meaning of a "perfect writing" inscribed on the exam language policy. We emphasize the relevance of this study to the mastery of language, especially for researchers who turn to think about educational policies. The analyzes reflect on national language policy put in writing ENEM the propositions that opens space to think constitutivity the subject institutionalized by a writing imaginary, allowing reflect the imaginary projection of the ideal subject-student (ized) to the essay writing.

Keywords: ENEM; writing; writer-ideal; draft proposal.

Resumen: En este artículo, el lenguaje y el significado tema se trabajan desde la perspectiva del análisis del discurso, basado en la obra de Pêcheux, Francia y Eni Orlandi, en Brasil, donde nuestro objetivo es entender el tema del proceso de mantenimiento y su relación con escritura. La elección del estudio sobre el discurso de las políticas lingüísticas del ENEM es darse cuenta de los efectos de significado de una "escritura perfecta" inscrito en la política lingüística del examen. Hacemos hincapié en la relevancia de este estudio para el dominio de la lengua, sobre todo para los investigadores que acuden a pensar en las políticas educativas. Los análisis se reflejan en la política lingüística nacional poner por escrito ENEM las proposiciones que se abre espacio para pensar constitutividad el tema institucionalizado por un imaginario escrito, lo que permite reflejar la proyección imaginaria del sujeto-alumno ideales (humanizada) para la redacción de ensayos.

Palabras clave: ENEM; escritura; escritor ideales; tema del ensayo.

Introdução

O Exame Nacional do Ensino Médio, a cada edição, vem conquistando maior espaço nas políticas de avaliação do país. A repercutividade e legitimidade da prova ocorreram ao longo das sucessivas edições e, atualmente, ocupa a centralidade das discussões no cenário educacional, seja do ensino médio e/ou da educação superior. A escolha do estudo sobre o discurso das políticas de língua, a partir do ENEM, se deve a um conjunto de fatores, dentre estes, o de perceber os efeitos de sentido de um “ideal de escrita” paralelamente, ao imaginário de “aluno-ideal”, bem como suas condições de produção no processo avaliativo. Dessa forma, dada a importância desse Programa para a nação, propomos pelas análises, refletir sobre a política nacional de língua escrita posta nas proposições do Exame Nacional, que abre espaço para pensarmos a constitutividade do sujeito institucionalizado pelas normas de escrita do Estado, o que possibilita

a abertura de questões sobre o perfil de aluno “ideal” e/ou a projeção imaginária da posição-sujeito na/para a escrita da redação na prova do ENEM.

Ao tomarmos o ENEM como objeto de pesquisa, estamos comprometidos com um fato de linguagem que nos dá pistas da “severa” disputa do acesso ao Ensino Superior, pois o processo avaliativo do ENEM provoca efeitos de sentido nas discussões sobre o ensino no país, que diz respeito sobre a forma como são selecionados os candidatos para o Ensino Superior, o que produz gestos de interpretação que repercutem na maneira como está “posto” a distribuição de vagas nas universidades públicas e/ou privadas. Dessa forma, ao considerarmos o ENEM como uma avaliação em larga escala, há que se pensar que os sujeitos-participantes estão inscritos nas mais diversas condições de produção, o que produz como efeito da avaliação, a aprovação de uns e a exclusão de muitos.

A política de escrita do/no Exame Nacional

A política de avaliação do ENEM tem a ver com o conhecimento, isto é, a forma como a posição sujeito-aluno vivencia essa prática que se torna configurada na escrita da redação. A relação sujeito/escrita nos faz pensar a Escola como lugar autorizado para as projeções imaginárias das políticas de ensino. A política avaliativa do Exame Nacional desliza para outros sentidos, passando a funcionar como uma forma de representatividade² para o ensino no país. Do ponto de vista discursivo, o deslizamento de sentidos se dá pela própria língua, que é condição da projeção imaginária de uma política de escrita inscrita na prova de redação do ENEM.

Pêcheux (1995) afirma que as formações discursivas estão no nível do processo discursivo, na forma como as palavras são disponibilizadas. Segundo o autor (PÊCHEUX, 1995, p. 93), “as formações imaginárias sempre resultam de processo discursivos anteriores. Elas se manifestam através da antecipação, das relações de força e de sentido, estabelecendo estratégias discursivas”. Filiar-se à teoria da Análise de Discurso é compreender que “os sentidos não

² O ENEM é um produto de avaliação do INEP, que utiliza os resultados como forma de representatividade. Percebe-se que não há ações produzidas a partir dos resultados disponibilizados graficamente pelo INEP.

estão predeterminados na língua. Eles dependem das relações constituídas nas/pelas formações discursivas” (ORLANDI, 1999, p.44). Courtine (1984) compreende as formações discursivas como uma matriz de sentidos que regula o que pode e deve ser dito; funcionando como lugar de articulação entre língua e discurso. Isso nos faz pensar que é pela linguagem que se constroem as práticas discursivas (DI RENZO, 2012) e a escrita, nesse bojo, é um meio de subjetivação, onde as relações de poder são legitimadas.

Para a Análise de Discurso interessa o funcionamento da linguagem, a produção de sentidos, o discurso. Sendo assim, o discurso é definido por Pêcheux (1969) como “efeito de sentidos entre locutores”³, isto é, não se trata de uma relação termo-a-termo, mas um processo de produção de sentidos. A Análise de Discurso não concebe a língua como uma unidade transparente, mas um sistema regulado por condições de produção.

A teoria da Análise de Discurso é um campo que se caracteriza pelos estudos do discurso, compreendendo o sujeito, a língua e a história. Dessa forma, não há uma separação estanque entre língua/linguagem, uma vez que se realizam ao mesmo tempo no funcionamento discursivo. Isso nos faz pensar, por um lado, na dimensão discursiva da linguagem e na noção de leitura, pela qual trabalha a questão do simbólico, que produz sentidos pela inscrição da língua na história. Por outro lado, a interpretação é materializada na história e colocada em questão, trabalhando seus limites e seus mecanismos como parte dos processos de significação (ORLANDI, 1996).

Segundo Orlandi (2011, p. 91), “há em toda língua mecanismos de projeção”, que constituem a relação entre a situação e a posição dos sujeitos. A língua está em constante funcionamento e o discurso é o espaço material nesse movimento da língua. Por sua natureza fluída, o trabalho com a linguagem permite gestos de interpretação, pela qual percebe-se que o sentido nunca é fixo, estável, permanente. É sempre móvel, instável (ORLANDI, 2012).

³ Ao empregarmos este termo, retomamos a Pêcheux (2006) para dizer que os objetos simbólicos, sejam eles da linguagem verbal ou da linguagem não verbal, não tem um sentido próprio. Eles produzem efeitos de sentido, dependendo das condições de produção.

A Análise de Discurso possibilita reflexões sobre a natureza opaca, a heterogeneidade, o deslizamento de sentidos, a não linearidade e as marcas de subjetivação como elementos característicos da língua e da linguagem. Na perspectiva discursiva, observa-se sua fluidez, movência, falhas. Orlandi (2012, p. 54) diz que “a língua não é uma, não é pura. É feita de falhas, de mudanças, de contatos variados”. Ou seja, as línguas mudam, desaparecem, se criam; estão sempre incompletas e em movimento.

Considerando as relações de sentido que perpassam o discurso, pode-se dizer que o INEP, enquanto órgão regulador do Estado se coloca como o lugar autorizado da regularidade, da normatividade e da língua institucionalizada. Assim, a Escola, compreendida como lugar de institucionalização da escrita, é uma instituição regulada pelo Estado, marcada por práticas que confrontam os interesses e às necessidades materiais das diferentes classes na reprodução e transformação das relações de produção (SILVA, 2002 *apud* CAMPOS, 2009). Compreendemos que as relações que permeiam o espaço escolar estão marcadas por práticas reguladoras, diretamente ligadas a um sujeito que acata e faz valer o jogo de imposição de ideias e valores do Estado.

Enfim, a relação entre Escola-Estado, assim como sujeito-língua, dá visibilidade às relações de poder que estão em funcionamento no espaço político, em que o Estado, enquanto regulador-político, institui uma política de língua. Nesse sentido, o ENEM inscreve-se numa política pública de avaliação e, no decorrer das edições e reformulação das portarias, torna-se um interessante parâmetro que possibilita a reflexão sobre a relação produção escrita e a posição sujeito-aluno. Dessa forma, discorrer sobre a política de escrita do ENEM é legitimar uma posição-sujeito, inscrito no discurso institucional do Exame.

A formulação da proposta de redação do ENEM

A Redação no ENEM é uma avaliação de competências e tem por finalidade avaliar o desempenho do participante como produtor de um texto. Avalia-se até que ponto o sujeito-aluno-participante demonstra capacidade de fazer leituras críticas da realidade, respeitando a diversidade sociocultural e os valores humanos. Há,

juntamente, com a proposta de redação, os textos motivadores⁴, que funcionam como mecanismos de suporte para a escrita; uma maneira de o participante refletir sobre a temática da redação. Tais textos são subsídios para que o participante desenvolva a redação, permitindo reflexões na organização dos argumentos que sustentarão sua escrita.

A disponibilidade de textos motivadores permite que o sujeito-aluno relacione-os. Orlandi (2009) afirma que “não há discurso que não se relacione com outros” (p. 30). Tal como a autora (ORLANDI, 2009), compreendemos que os sentidos resultam de relações, na qual um discurso aponta para outros. Assim, sempre incompleto, o dizer continua em seus movimentos de significação, deixando que a memória, a opacidade e os equívocos, o trabalhem como acontecimento discursivo⁵, indefinidamente (ORLANDI, 2002), pois não há começo absoluto nem ponto final para o discurso, ou seja, um dizer tem sempre relação com outros dizeres possíveis.

Pode-se dizer que a relação entre os textos motivadores é a maneira como o texto deve ser lido/interpretado pelo sujeito-leitor-escritor. A leitura destes aponta para a escrita: o que se escrever e o como escrever. Em outras palavras, essa relação é o fio condutor para que o sujeito-aluno atenda o que está textualizado na formulação da proposta de redação. Percebe-se, entre outras coisas, um sujeito que precisa intervir sobre uma questão-problema e dar uma solução, o que o coloca numa posição de responsável pelo o que lê, pelo o que escreve, pelo o que propõe, sobretudo, pelo o que pensa em face do que orienta o Estado por meio da proposta de redação.

Pela incompletude da linguagem, todo texto tem relação com outros textos (ORLANDI, 2012). Uma relação necessária com a exterioridade, na qual são estabelecidas as relações de sentido. Assim, o INEP, ao projetar textos que funcionam como base para a escrita da redação, produz diferentes gestos de interpretação põe acesso a diferentes formas de linguagem, atravessadas por diferentes formações

⁴ Os textos motivadores se referem à temática da proposta de redação. Eles se distribuem em textos verbal e não verbal. Normalmente, são disponibilizados de três a quatro textos motivadores.

⁵ Ponto de encontro entre uma memória e uma atualidade (PÊCHEUX, 2006). Orlandi (2012) diz que o acontecimento, diferentemente de documento, é móvel e permite outros sentidos, que não apenas os institucionalizados.

discursivas, diferentes condições de produção, significam de modos distintos.

A nosso ver, no ENEM, a maneira como o sujeito-aluno deve proceder à escrita do texto é um ponto de vista arraigado ao ideológico do Estado, representado pelo porta-voz INEP. A textualização da proposta de redação assim como os critérios avaliativos funciona como parâmetros que enquadram uma forma sujeito-aluno para a escrita. Assim, apresentamos o comando da proposta de redação descrito na primeira página da prova do ENEM 2013, que diz:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa [...], apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (Proposta de Redação/Caderno Cinza, 2º dia de prova, p. 01).

Primeiramente, há de se dizer que o conjunto de textos motivadores faz circular questões de ordem social, política e/ou cultural, o que configura um atravessamento de diferentes formações discursivas, ideológicas e imaginárias. Observa-se, desse modo, que o comando da proposta de redação marca uma relação com a exterioridade. Costa (2011) afirma que a interpretação é fundamental na relação entre a língua e sua exterioridade, uma vez que, enquanto gesto interpretativo, ela explicita como a abertura do simbólico possibilita a determinação da significação, num jogo de abertura e fechamento dos sentidos, que permite a ilusão de completude do dizer que se estabelece na interpretação de qualquer objeto simbólico, assim como a incompletude constitutiva da linguagem.

A ideologia é constitutiva do discurso. Ela produz a opacidade, isto é, o efeito de evidência na língua (ORLANDI, 2012). Considerando a relação língua-discurso-ideologia refletiremos sobre a posição sujeito-aluno diante do que o INEP solicita no enunciado da proposta de redação e, sobretudo, a maneira como este interpreta a proposição do Estado, em relação à política de escrita que perpassa o ENEM.

Há um imaginário de língua inscrito na proposta de redação em que o candidato é individuado pelo Estado sobre a maneira de como deve proceder à escrita. Portanto, nota-se que a formulação da proposição de redação se dá a partir de um dispositivo jurídico, que se assenta num respaldo legítimo do Estado e assegura a política de escrita proposta pelo INEP. A proposta de redação solicita que o candidato trabalhe com a língua e saiba, sobretudo, elaborar um texto na modalidade dissertativo-argumentativa. A nosso ver, as políticas de língua são o lugar da regularidade e, neste caso, tem-se o enquadramento do participante do ENEM em uma formação imaginária, que ritualiza a maneira como o candidato deve proceder sua escrita.

A formulação da proposta de redação é um gesto de apropriação de sentidos já circulantes, é um recorte político e simbólico textualizado em uma estrutura que se mantém: a modalidade dissertativo-argumentativa. Independente do assunto formulado na proposta há sempre a obrigatoriedade de o aluno ter que “solucionar” um problema. Esse gesto marca sua posição-sujeito submissa às regularidades do Estado, na posição-sujeito aluno competente que propõe, pela escrita, uma intervenção a uma questão social. A partir do que se textualiza na proposta de redação do ENEM, percebe-se que o Estado não projeta um sujeito que saiba somente ler, escrever e interpretar. Esta posição-sujeito, no ENEM, precisa dizer intervirsobre uma questão-problema.

O Estado faz atravessar a posição sujeito-aluno como aquele capaz de intervir, pela escrita da redação, face às questões sociais. Isso nos faz retomar o processo de individuação da forma-sujeito pelo Estado (ORLANDI, 2012), que resulta em um indivíduo ao mesmo tempo livre e responsável. Essa responsabilidade, segundo Pêcheux (1995), é uma questão política, em que faz funcionar um imaginário que permeia as questões relacionadas ao ensino de língua. Compreendemos que as condições de produção para a escrita da redação estão atravessadas por diferentes formações discursivas, que asseguram o que pode, o que deve e como deve ser dito, dada a situação de avaliação.

No discurso da proposta de redação, observa-se que o sujeito-aluno está inscrito numa formação discursivo- imaginária, que permeia a política escrita da prova. Na perspectiva da Análise de Discurso, a

formação discursiva é o lugar de articulação entre língua e discurso, que regula o que pode e deve ser dito. Courtine (1984) afirma que os sentidos são regulados de acordo com determinada formação discursiva.

Assim, compreendemos que a formação discursiva que sustenta a política avaliativa do ENEM diz respeito às competências e habilidades do sujeito-aluno; produto de um saber autorizado, transmitido na/pela escola que, ao escrever a redação, inscreve-se numa formação ideológica do Estado.

A formação imaginária que permeia o sujeito-aluno, no ENEM, se dá pela posição-sujeito no discurso. Há um imaginário de sujeito para a escrita da redação; projetado, imaginariamente, como ideal na política de língua do Exame. Pêcheux (1995), pensando a relação das formações discursivas com as ideologias, propõe o conceito de formação imaginária. O autor a define como mecanismo de funcionamento discursivo, que diz respeito às imagens resultantes das projeções dos sujeitos.

A formação discursiva no Exame Nacional enquadra o sujeito-aluno às relações institucionais do Estado. Um dizer limitado que regula o sujeito a posicionar-se conforme o que lhe é autorizado via formulação da proposta de redação. O sujeito se significa pela escrita e por ela se constitui na relação com o social. Parafraseando Orlandi (2001), dizemos que o sujeito não se apropria da linguagem num movimento individual, mas na relação com o social, com o simbólico. Desse modo, na perspectiva discursiva, o sentido de uma palavra e/ou expressão não está nele mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, dada as condições de produção dos sujeitos que as empregam.

Nunes (1994), ao discorrer sobre a leitura numa perspectiva discursiva, afirma que sua prática envolve tanto o sujeito da leitura como as condições sócio-históricas em que ele se inscreve. Compreendemos, assim como Nunes (1994), que a leitura é uma prática ao mesmo tempo individual e social. É individual, porque nela se manifestam particularidades do leitor; características intelectuais, memória e história. É social porque está sujeita a convenções linguísticas, ao contexto social, à exterioridade, à política.

Dito isto, compreendemos que a proposta de redação, ao solicitar que os candidatos redijam um texto dissertativo-

argumentativo com base na leitura dos textos motivadores e nos conhecimentos adquiridos ao longo da formação escolar, selecionando, organizando, e relacionando, coerentemente, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista, não toma o texto como produto do conhecimento do sujeito-aluno, mas como resultado de uma prática letrada. Nesse sentido, pressupõe-se que para escrever, precisa-se sempre de outros textos (motivadores/suportes), que serão tomados pelo sujeito-escritor e não da leitura como matéria-prima para a produção de texto.

Na perspectiva da Análise de Discurso, a escrita se constitui carregada de historicidade, na qual o sujeito, capturado ideologicamente, apropria-se da língua para significar. O sujeito, na posição de aluno e em situação de avaliação, precisa estabelecer redes de sentidos para historicizar sua escrita; produzir sentidos. Entretanto, o discurso do ENEM, atravessado ideologicamente pelo Estado, enquadra o sujeito no comando da proposta de redação, que diz para redigir um texto do tipo dissertativo-argumentativo, na norma culta da Língua Portuguesa [...]. Nota-se que há uma injunção para que se obedeça prontamente às ordens de um discurso pedagógico, inscrito numa posição idealista de como proceder à escrita do texto. O que se formula na proposta de redação produz um efeito de resistência no sujeito-aluno em não historicizar a prática de escrita.

A prática de leitura, assim como a de escrita, implica a interpretação. No entanto, tais práticas sofrem coerções e são reguladas por mecanismos do Estado. Orlandi (1996) diz que “as condições de interpretação não são iguais para todos, pois o conhecimento é distribuído de forma desigual”. Em um contexto amplo, a afirmação da autora nos faz pensar nas bases da educação no país, em que a Escola é o espaço de produção do conhecimento. No entanto, a desigualdade na distribuição desse conhecimento, em um contexto imediato, remete-nos aos mecanismos de regulação na prova do ENEM, que direciona o candidato a pensar politicamente, como o Estado. Assim, o Estado, ao controlar a prática de escrita no Exame Nacional, administra os saberes sobre o sujeito-aluno, de modo a traçar e um perfil ‘ideal’, condicionando-o a ser “passivo” politicamente.

Desse modo, a projeção imaginária do “sujeito ideal”, no discurso do ENEM, legitima uma linearidade na produção da escrita (redação). Contudo, Orlandi (1988, p. 113) diz que “a unidade do texto

não é plana, nem simétrica, mas fugaz”. A partir de Orlandi (1988), compreendemos que um dos aspectos importantes na produção da escrita é a noção de incompletude, entendida como constitutiva na/para a produção e os efeitos de sentido.

Considerações finais

Na perspectiva da Análise de Discurso, a escrita é um trabalho discursivo, na qual o sujeito inscreve-se na língua para produzir sentidos. Portanto, quando falamos dos sujeitos e dos sentidos, a questão do simbólico é sempre uma questão aberta. Nesse sentido, trazemos Silva (1998), que diz da posição sujeito-aluno e sua constituição como sujeito de um discurso pedagógico, em que as relações de poder apagam o político que as determina.

Observa-se, pela formulação da proposta de redação, que a avaliação da produção escrita (ENEM) reforça o estereótipo de que existe um domínio da norma culta (padrão), na qual o egresso do ensino médio tem seu texto pontuado quanto ao uso das competências exigidas para a produção da redação. O ENEM, representado pelo INEP, legitima a padronização da língua escrita, a fim de que todos sejam, imaginariamente, enquadrados no sistema do Estado, que representa uma ação reguladora e contribui para a padronização do ensino de língua.

Assim, compreendemos que o gesto de interpretação do sujeito-aluno produz um estereótipo do ensino de língua e, ao mesmo tempo, individua a posição-sujeito que não condiz à proposta de redação, conforme impõe o Estado.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **A redação no ENEM 2013**: guia do participante. Brasília: INEP, MEC, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_de_redacao_enem_2013.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2014.

_____. **A redação no ENEM 2012.** Guia do participante. INEP, 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/guia_participante_redacao_enem2012.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2012.

CAMPOS, Thiago Manchini de. **Brasil, um país de todos:** língua, liberdade e cidadania (por uma análise dos discursos e políticas públicas educacionais). 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, IEL, Campinas, SP, 2009.

COSTA, Greciely Cristina da. **Discursos sobre a milícia:** nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos. 2011. 166f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, IEL, Campinas, SP, 2011.

COURTINE, Jean Jacques. Définitions d'orientations théoriques et méthodologiques en analyse de discours. **Philosophiques**, Paris, v. 9 , n. 2, p. 239-364, 1984.

DI RENZO, Ana Maria. **O estado, a língua nacional e as construções das políticas linguísticas.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

LEAL, Amilton Flávio Coleta. **A formulação da proposta de redação do ENEM:** a projeção imaginária do sujeito-escritor ideal. 2015. 110f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual do Mato Grosso, Cáceres, 2015.

NUNES, José Horta. **Formação do leitor brasileiro:** imaginário de leitura no Brasil Colonial. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Reflexões sobre escrita, educação indígena e Sociedade. **Escritos**, Laboratório de Estudos Urbanos Nudecri – Labeurb, n. 5, p. 7-22 1999.

_____. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. **Discurso em análise:** Sujeito, sentido e ideologia. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. **Discurso e leitura.** Campinas, SP. Editora Cortez, 1988.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de B. Mariani et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

SILVA, Mariza Vieira da. **História da Alfabetização no Brasil:** a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização. 1998. 267 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, IEL, Campinas, SP, 1998.

Recebido em: 10/07/15

Aceito em: 12/09/15